

## **Educação política por meio da Alfabetização Informacional: uma proposta de formação continuada para professores<sup>1</sup>**

Mayra Fernanda FERREIRA<sup>2</sup>

Universidade Estadual Paulista (Unesp)

Natalia Lemos LIMA<sup>3</sup>

Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)

### **Resumo**

A comunicação, a política e a educação, por si só, são instrumentos de transformação social, e a intersecção entre as áreas e suas *práxis* pode ter um impacto significativo junto aos cidadãos. Diante disso, este trabalho discorre sobre a importância da educação política e cívica dentro das escolas por meio de uma proposta com base nos conceitos de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), em especial junto a professores que atuam com alunos do Ensino Fundamental II, na faixa etária entre 15 e 18 anos, tendo em vista que a partir dos 16 anos o voto é facultativo. Para tanto, adota-se uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a temática e também um método propositivo ao indicar potenciais encaminhamentos para a qualificação de educadores em prol da AMI, da promoção da educação política no ambiente escolar e do exercício de cidadania entre os jovens.

### **Palavras-chave**

Educação Política; Alfabetização Midiática e Informacional; Cidadania; Formação de professores; juventudes.

### **Introdução**

A partir do cenário político brasileiro, cabe a reflexão sobre o conhecimento dos jovens a respeito das questões políticas e cívicas que refletem diretamente na democracia e na vida em sociedade. Diante desse contexto, este artigo se volta ao conceito da educação política e do momento atual político em que é preciso proporcionar aos jovens conhecimentos dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, especialmente em ano eleitoral e, diante da campanha “Semana Jovem Eleitor”, promovida pelo Tribunal Superior Eleitoral, para a emissão de novos títulos para jovens entre 15 e 18 anos<sup>4</sup> (TSE, 2022).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Comunicação e Educação do XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mayra Fernanda Ferreira. Doutora em Comunicação pela Unesp. Mestre em Comunicação e bacharel em Jornalismo pela mesma instituição. Coordenadora do Intercom Junior – Jornalismo. Coordenadora de Conteúdo da TV Unesp. E-mail: [mayrajornal@gmail.com](mailto:mayrajornal@gmail.com)

<sup>3</sup> Natalia Lemos Lima. Especialista em Comunicação Eleitoral e Marketing Político pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Bacharel em Jornalismo pela Universidade do Sagrado Coração. Jornalista na Assembleia Legislativa de São Paulo. E-mail: [natalia.usc@outlook.com](mailto:natalia.usc@outlook.com)

<sup>4</sup> A ação cívica “Semana Jovem do Eleitor” emitiu, entre os dias 14 e 18 de março de 2022, 96.425 novos títulos em todo o Brasil e no exterior para jovens de 15 a 18 anos (TSE, 2022).

---

Tendo como intersecção a relação entre comunicação e educação, especialmente nos conceitos relativos à Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), preconizados pela Unesco (WILSON et al, 2013), no que se refere às competências críticas diante das informações e das mídias para um engajamento social em prol da autoexpressividade, e o ambiente escolar como potencial espaço de formação para a leitura crítica de informações e de mídia e também na formação para a cidadania, este trabalho visa demonstrar a importância da educação política e cívica dentro das escolas para os jovens, futuros eleitores, e o papel dos professores nesse processo a partir da dinâmica de formação continuada em Alfabetização Informacional, a princípio, para a apresentação da temática em sala de aula de modo a abrir espaço para reflexões sobre construção de uma cultura política entre as juventudes.

A educação política é um tema que merece estar em pauta nas escolas e presente em pautas dos diversos veículos de imprensa. Tendo em vista o compromisso jornalístico com a realidade social (TRAQUINA, 1993), é fundamental que as informações apresentadas repercutam nos interesses da sociedade e possam fomentar debates sobre as situações cotidianas. Em época de cobertura política, tais pautas se avolumam e, às vezes, encontram-se informações contraditórias, dúbias e superficiais. Desse modo, para além dos conhecimentos políticos necessários aos cidadãos, é importante que eles saibam ler as mídias e identificar os discursos, as fontes e os contextos sociais para que, também a partir deles, possam tomar sua posição e fazer suas escolhas políticas. É nesse ponto que se articula a AMI com o processo de educação política na formação dos jovens.

Nesse sentido, identificar espaços que contribuam para esse debate é fundamental na defesa de uma sociedade democrática e do protagonismo social dos cidadãos, em especial daqueles que são potencialmente eleitores. As escolas são um desses ambientes no qual circulam informações valiosas e há um objetivo social comum na promoção da cidadania. Nesse *locus*, estão os jovens que, em meio a sua formação educativa, estão apreendendo seu lugar na sociedade e, no entorno político, a existência do voto facultativo entre 15 e 18 anos é uma temática inerente a juventudes, podendo ser contemplada potencialmente em pauta de reportagens e também em sala de aula.

Tendo em vista essa problemática, questiona-se: Como promover a educação política de jovens? Qual o papel dos professores na formação crítica e cívica de futuros eleitores? Como propiciar a formação de professores em Alfabetização Informacional para atuar como educadores políticos?. Esses questionamentos balizam a discussão aqui iniciada que tem desdobramentos para fundamentar a formação crítica e cívica dos indivíduos, aproximar o olhar cidadão para as questões sociais e colaborar para um melhor desenvolvimento da nação e de

---

suas práticas democráticas a partir do compromisso firmado entre os cidadãos em sociedade. No caso dos jovens, tal debate é ainda mais pertinente devido a sua formação escolar e cidadã e sua iniciação no cotidiano político para que eles possam assumir a responsabilidade cívica, ao se tornarem eleitores, e também conhecer o papel exercido pelos políticos e as tomadas de decisões e suas respectivas implicações para o dia a dia em sociedade. Somada a essas contribuições, este trabalho, por fim, apresenta uma proposta de formação de professores em educação política, uma vez que este estudo se propõe colaborativo ao valorizar a prática docente e a Alfabetização Informacional como meios potenciais para a atuação junto a jovens eleitores.

### **A política na sociedade e a busca de conhecimento**

Falar de política é falar de educação, uma vez que uma está ligada a outra através do sistema político e representativo em que vivemos. Falar de educação política é levantar uma questão que implica a carência de formação e de conhecimento sobre o assunto na sociedade. Quando se fala em política são várias as manifestações - sejam elas, positivas ou negativas, além das inúmeras interpretações por parte daqueles que gostam, dos que não gostam e dos que preferem não se manifestar. É através da política que se constitui a liberdade, a oportunidade de trabalho, o bem-estar da saúde e a garantia da educação de qualidade, da segurança e de todos os direitos assegurados pela Constituição (BRASIL, 1988) aos cidadãos, independentemente de gênero, raça, idade e classe social.

O processo político e eleitoral, muitas vezes, é visto como distante da realidade de muitas pessoas, em especial dos jovens, que são o foco principal deste trabalho. A escola, cujo papel é fundamental na formação de crianças e jovens, não oferece de forma específica e/ou detalhada conhecimentos sobre como funciona o poder público, os cargos de poder, as funções dos candidatos, dos eleitos, o processo eleitoral e como esses processos realizados por agentes políticos impactam na vida de todos os cidadãos, bem como seus direitos e deveres previstos na Constituição (BRASIL, 1988). É uma lacuna no cenário da educação brasileira, em especial a pública.

A nossa educação continua avançando tão lentamente não devido a problemas técnicos, e sim políticos. Afinal de contas, municípios Brasil afora já demonstram que o sonho de uma educação pública de qualidade não é impossível. Mais uma vez, eu estava chegando à conclusão de que a educação só poderia ser transformada por meio da política. (AMARAL, 2020, p. 91).

Concorda-se com a autora ao afirmar que, por meio da educação, acredita-se que seja possível formar cidadãos mais conscientes e críticos e fomentar a responsabilidade social de

---

cada um perante a sociedade e seu papel no contexto político, uma vez que ela é um instrumento muito poderoso de transformação, não apenas por tudo o que ela muda dentro da gente, mas também pelas ferramentas que nos dá para mudar o nosso entorno (AMARAL, 2020). Assim como a educação, a política também possui um poder de transformação e responsabilidade social.

A educação só mudaria a partir da transformação da política e dos políticos, mas foi um longo processo até que eu deixasse de ver a política como um obstáculo aos nossos esforços e começasse a acreditar que ela poderia ser parte da solução, e não apenas do problema. (AMARAL, 2020, p. 104).

Considerando a argumentação da autora, quando se fala em política muitas pessoas fogem do assunto, criticam ou associam a política à corrupção, falta de ética, de compromisso e de responsabilidade. No entanto, a política surge justamente para oferecer e garantir direitos iguais a todos que vivem em sociedade. Diante disso, surge a necessidade da compreensão do que é a política de fato em sua essência e a necessidade de trazer esse conceito explicativo e participativo para os jovens dentro do ambiente escolar. Partimos de uma premissa básica de que a política é parte fundamental do nosso dia a dia e, devido a isso, nossa vida é impactada seja pelos direitos adquiridos ou pelos deveres que temos enquanto cidadãos. O resgate etimológico do termo nos revela essa relação.

Pólis é um termo grego que significa “cidade”. Em sua acepção original, a palavra se referia tanto ao espaço central da cidade-Estado grega, onde estavam instaladas as instituições políticas e administrativas, quanto ao corpo de cidadãos de determinada cidade. De forma simplificada, podemos dizer que em sua origem a palavra “política” englobava tanto a política institucionalizada – hoje associada a parlamentos, partidos, ministérios etc. - quanto política cotidiana, que abrange todos os cidadãos da pólis. (PRIOLI, 2021, p. 15).

Ao ter essa presença da política no cotidiano, entender o que é política de fato e o que ela significa nos dá a oportunidade de compreender o nosso papel na sociedade e a forma como ela é decisiva para ações individuais e coletivas. Segundo Prioli (2021), quando empregamos o termo política, nós nos referimos a um amplo conjunto de atividades, instituições, ideologias e padrões de comportamento relacionados a conflitos de poder, do funcionamento dos governos, da mobilização social, entre tantas outras questões associadas à vida coletiva. A origem da palavra política é clara em exemplificar que sua essência está atrelada à participação da comunidade e sua vida em sociedade. Essência essa que com o passar dos anos foi sendo visualizada pelas pessoas como algo direcionado apenas a políticos, partidos ou pessoas ligadas

a governos. De fato, a política é um conjunto de ações que envolvem a sociedade como um todo, ainda mais nos dias atuais em que a produção e a circulação midiáticas se fazem presentes em todos os lugares, especialmente através da popularização da internet, potencializando debates e opiniões políticas.

Quando dizemos que a política se faz presente por meio do ato de existir um conjunto de pessoas, destacamos o fato da necessidade da participação dos envolvidos, conforme cita Prioli (2021), ressaltando que os cidadãos precisam acompanhar os debates nacionais e locais, não só porque dizem respeito a suas vidas, mas porque existem mecanismos a que podemos recorrer para influenciar as decisões políticas. Desse modo, a participação ativa coletiva é essencial para que as instituições, as práticas e uma cultura republicanas mantenham-se saudáveis e em atividade. E cada cidadão assume seu papel de protagonismo social.

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais. (PINSKY, 2003, apud BALDISSERA; SILVA, 2011, p. 71).

No contexto desses direitos, Amaral (2020) revela que as transformações reais e profundas só são possíveis quando todos os cidadãos estão envolvidos na construção das soluções, por mais que governos insistam em resolver as coisas de cima para baixo, sem ouvir aqueles que serão diretamente impactados. É, nesta perspectiva, que a educação política se torna um instrumental eficiente para dotar de conhecimento os cidadãos e subsidiar criticamente sua posição política e, conseqüentemente, sua atuação social. Além disso, uma cultura política democrática exige o respeito à diferença de opinião, à aceitação da diversidade no interior da sociedade, à propensão ao diálogo e à resolução não violenta dos conflitos. Ou seja, o estabelecimento de uma sociedade democrática exige a participação, o debate e o respeito entre e com os cidadãos. Somado a isso, é importante reconhecer que a qualidade da democracia também depende da capacidade de eleger e acompanhar os mandatos de representantes comprometidos com os valores públicos, com a justiça social e com a construção de uma democracia cada vez mais sólida, conforme defende Prioli (2021).

Dentro desse contexto amplo que abarca a democracia em sociedade, a emergência de entender, debater e compreender temas, como a política, gera a necessidade de compreender como ocorre a civilidade entre os jovens, o que implica diretamente em como a política e suas dimensões podem ser pautadas em sala de aula ou até mesmo como o sistema educacional

deveria apresentar os assuntos ligados à cidadania na realidade escolar, não podendo limitar a educação política e cidadã apenas no período de maioridade e, sim, estabelecer que esse processo de aprendizagem e conhecimento seja delineado ao longo da formação educacional através de diversas disciplinas e atividades. Em face à importância dessa educação político-cidadã, há a validação aos direitos civis de liberdade de expressão, do direito à informação (BRASIL, 1988) e da possibilidade de compreensão e de conhecimento dos assuntos públicos, que também estão atrelados ao desenvolvimento da educação seja ela pública ou privada.

Cada um de nós precisa se ver como um agente ativo na esfera pública, na demanda por direitos e na discussão sobre os caminhos que devemos tomar como sociedade. E para isso é fundamental continuar participando desse processo de construção da cidadania ao longo da vida, convidando pessoas do entorno a se interessar mais pelos temas que afetam todas as dimensões de nossa vida individual e coletiva. (PRIOLI, 2021, p. 249)

Considerando, portanto, esse protagonismo e o potencial da juventude na ação política, reconhece-se que a escola é um ambiente profícuo para fomentar a educação política e, assim, contribuir para a cidadania. Quando atrelamos política à educação, e vice e versa, caminha-se para um encontro crítico, cívico e participativo em prol da transformação social na cidade onde moramos, no estado do qual fazemos parte, no país que representamos e, conseqüentemente, em uma sociedade responsável e cidadã, não apenas em anos eleitorais, mas no dia a dia de nossa vivência social.

A democracia também é um estado mental e espiritual, uma forma de se relacionar e se sentir tocado, se sentir afetado por essa possibilidade de construir alguma coisa como sociedade e país. Confiar em alguém - ou em uma coletividade, uma instituição - sempre envolve certo conhecimento prévio dessa relação, além de um forte elemento de aposta no futuro. (PRIOLI, 2021, p. 242).

É na aposta do encontro desse conhecimento e nas perspectivas futuras para a sociedade democrática que aqui se apresenta a Alfabetização Midiática e Informacional como um caminho possível para diferentes práticas educativas, dentre eles a educação política, tendo os professores como mediadores desse processo.

### **A AMI em prol da política e da cidadania**

Segundo a definição da ONU (Wilson; et al, 2013), a Alfabetização Midiática e Informacional (*Media and Information literacy* - AMI) se refere às competências relativas ao acesso às informações e a avaliação ética das mesmas (Alfabetização Informacional) e à compreensão das funções das mídias e a valorização do engajamento e da autoexpressão dos

indivíduos (Alfabetização Midiática), visando proporcionar que os cidadãos tenham “um conhecimento básico sobre as funções das mídias e de outros provedores de informação e de como acessá-los. [...] Esse conhecimento, por sua vez, deveria permitir que os usuários se engajassem junto às mídias e aos canais de informação de maneira significativa.” (WILSON; et al, 2013, p. 16). Antes, porém, desse engajamento, é importante que esse conhecimento informacional chegue até os cidadãos e, aqui, considera-se a escola como essa ponte desde que haja professores capacitados para gerenciar práticas, fomentar debates e propiciar o protagonismo dos estudantes. A Matriz Curricular e de Competências em AMI é um dos modelos possíveis para que os professores possam se capacitar e articular os conceitos com as práticas cotidianas dos estudantes, tendo início pela Alfabetização Informacional. Uma dessas práticas é a relação com a política a partir de informações sobre o conceito, os atores, a legislação, as formas de governo e as responsabilidades de eleitos e eleitores, por exemplo.

No contexto aqui problematizado, então, ao se voltar à educação política é fundamental que se reconheça que

O ato de criticar e pensar não pode se tornar um ato ditador, ou seja, o Ensino da Política nas escolas consiste na ampliação dos horizontes do aluno de maneira que ele não se sentirá perdido em suas escolhas. Tudo isso, de modo a enfatizar a forma democrática e libertadora de ensino a que defendemos. (DEMO, 2003<sup>5</sup> apud BOTELHO; BUSTAMANTE; PAULA, 2019, p. 152).

Abordar e implementar uma educação política é, portanto, um caminho necessário para que possamos refletir e debater sobre os temas que afetam diretamente cada um de nós e a nossa comunidade e, assim, favorecer um engajamento mais ativo em nosso bairro, na cidade ou no local de trabalho a partir do acesso a informações qualificadas. Para se ter acesso a elas, é fundamental que os cidadãos saibam onde buscá-las, como avaliá-las e como sintetizá-las para sua apropriação subjetiva e, em seguida, possa colocar em prática sua posição diante das situações cotidianas, conforme indicam os estágios da Alfabetização Informacional, a saber:

- a) Estágio 1: definição de necessidades e problemas informacionais – é a etapa que contempla a natureza do que está sendo investigado e os conhecimentos prévios sobre a temática;
- b) Estágio 2: estratégias de busca de informações – é o momento em que se indicam as fontes de busca de informações e quem pode auxiliar nesse processo;
- c) Estágio 3: localização e acesso às informações – é a etapa articulada com o estágio 2 de modo a proporcionar o contato com as fontes de informações;
- d) Estágio 4: avaliação crítica – é a investigação da confiabilidade das fontes encontradas;
- e) Estágio 5: síntese sobre as informações obtidas e como apresentá-las – é a etapa que elabora uma síntese relacionando o tema com o objetivo da investigação e a forma como as descobertas podem ser socializadas, como ponto de partida para o último estágio;

<sup>5</sup> DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

- f) Estágio 6: uso, compartilhamento e distribuição da informação – é a fase que permite a aplicabilidade prática das descobertas e a socialização da temática de modo a cooperar com os demais cidadãos que tenham o mesmo problema informacional. (WILSON et al, 2013, p. 143).

Tendo em vista essa matriz para a solução de problemas informacionais e a aquisição de informações qualificadas e sua difusão, este trabalho demonstra a necessidade de esforços e iniciativas para promover, através da educação básica, a formação de eleitores e de candidatos críticos e responsáveis, além de indicar que, mesmo que seja um clichê, “sonhar com um futuro melhor” é possível a partir de duas ferramentas: a política e a educação. E, para que isso ocorra, é preciso ter a consciência de que a educação é capaz de promover uma transformação na vida de crianças e de jovens e trazer o debate político como conceito e prática de cidadania.

Porém, como apresentar a educação política em escolas? Primeiro, deve-se considerar o papel formativo dos ambientes escolares e que esse conteúdo é essencial para que crianças e jovens possam compreender e participar do sistema democrático e representativo de uma federação, exercendo sua cidadania.

A Escola cidadã é aquela que se assume como centro de direitos, como um centro de deveres. O que a caracteriza é a formação para a cidadania. A Escola Cidadã, então, é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. Ela não pode ser uma escola cidadã em si e para si. Ela é cidadã na medida mesma em que se exercita na construção da cidadania de quem usa o seu espaço. A escola cidadã é uma escola coerente com a liberdade que, brigando para ser ela mesma, lugar para que os educandos-educadores também sejam eles mesmos. E como ninguém pode ser só, a escola cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo. É uma escola que não pode ser jamais licenciada nem jamais autoritária. É uma escola que vive a experiência tensa da democracia (FREIRE, 1987<sup>6</sup> apud BOTELHO; BUSTAMANTE; PAULA, 2019, p. 151).

Complementando esse conceito de Freire, ao analisar o contexto político brasileiro, Dantas (2021) ressalta que o processo de redemocratização da sociedade brasileira arregimentou, principalmente a partir do início dos anos 1980, um conjunto plural de atores e movimentos sociais em favor da superação do regime de ditadura civil-militar, instaurado pelo golpe de 1964. O autor ainda traz a informação referente à Nova República que trouxe para o campo normativo brasileiro um conjunto de diretrizes e orientações vocacionadas para uma educação cidadã e democrática.

Nos preceitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 1996 e nas sucessivas ondas de Diretrizes Curriculares Nacionais, o que se enxerga é a declaração pública de um compromisso no campo da ampliação do grau de letramento político, na promoção de uma oferta consistente de aprendizagens para o exercício pleno da cidadania e na disseminação, valorização e

<sup>6</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.



---

respeito aos valores democráticos e à cultura de direitos humanos. (DANTAS, 2021, p. 173).

Esse compromisso denota à escola um poder muito grande, entretanto o autor ainda aponta para a dificuldade em programar e fortalecer, em larga escala, nos sistemas educacionais, iniciativas efetivas de educação política para a democracia e para a cidadania na educação básica. Para ele, refletir sobre essa aparente contradição é fundamental para entender esses últimos 30 anos e para construir uma esperança-crítica para os anos vindouros. As contradições do sistema político brasileiro e a contramão para uma educação pública de qualidade são, portanto, bases para se promover a educação política na educação básica, uma vez que com o avanço da comunicação midiática se torna cada vez mais urgente a participação da escola nesse processo a fim de que haja uma Alfabetização Midiática e Informacional (WILSON; et al, 2013) dos estudantes frente às informações que circulam nos diferentes veículos de imprensa e também nas redes sociais digitais. Salienta-se aqui que, para oferecer uma educação política para os jovens, é necessário esforço e mobilização pedagógica para fomentar uma consciência crítica e uma formação cívico-cidadã dentro e fora das escolas.

Há um esforço necessário de explicitação curricular das capacidades que a Educação para a Democracia se compromete em desenvolver nas nossas crianças, adolescentes e jovens e, ato contínuo à obrigação, por parte dos sistemas educacionais e das escolas, em, declarar, organizar e permitir a apropriação dos conteúdos (fatuais, conceituais, procedimentais e atitudinais) incontornáveis para que essas capacidades sejam desenvolvidas. (DANTAS, 2021, p. 178).

Diante desse processo formativo, o autor argumenta que, mesmo sublinhando a importância do caminho percorrido da Constituição Federal de 1988 até aqui, esse esforço ainda não alcançou sua curva máxima, sendo urgente adensar o campo da pesquisa e da produção de conhecimento em torno desse desafio (DANTAS, 2021). Segundo o autor, educar para a democracia e para a cidadania não é tarefa simples e formar cidadãos emancipados e comprometidos com a vida comum convoca investimento de longa duração e com elevada intencionalidade. E um desses investimentos deve ser voltado aos professores, enquanto mediadores do conhecimento e incentivadores de uma formação crítica que balize a ação social dos estudantes.

### **Proposta de Alfabetização Informacional na formação continuada de professores**

Cortella (2005) rememora que, nos anos de 1960 e 1970, existia uma disciplina escolar, “Educação Moral e Cívica”, voltada para a temática da educação política e que ali existia uma

convicção para a formação de gerações de brasileiros e brasileiras que fossem capazes se comportar como cidadãos plenos conhecedores dos seus direitos, obedientes ao Governo e defensores do lema “ordem e progresso”. Vale ressaltar que tal época é marcada pela Ditadura Militar e que tal disciplina era um instrumento do governo autoritário, avaliado de modo crítico-reflexivo pelo autor acima mencionado. É, por isso, que ele questiona se atualmente a disciplina de “Educação Moral e Cívica” é pertinente dentro das escolas, considerando que lá atualmente estão crianças e jovens e que esses são o futuro da sociedade e do mundo em que vivemos, sendo, portanto, necessário que a conversa sobre civismo, sobre educação moral e sobre a convicção ética apareça em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, e não estar exclusivamente guardada em uma matéria específica assim denominada, porque daria a impressão de que a função da escola é, num determinado dia e horário, fazer a discussão sobre civilidade e cidadania, sendo que o objetivo, de acordo com o autor, é que a temática da educação política, cívica e moral seja transversal às disciplinas curriculares.

Tendo em vista a proposta deste trabalho, descrita a seguir, articula-se ao papel do professor, como mediador do conhecimento, independente da disciplina ministrada, o potencial para fomentar junto aos estudantes o protagonismo dos mesmos dentro da sociedade, assumindo a responsabilidade cívica para a formação crítica e ética necessária para a atuação coletiva e de bem à sociedade onde todos habitam e na qual exercem seus direitos e deveres. Nesse sentido, a proposta apresentada é justamente para que os professores tenham embasamento teórico e prático para tratar assuntos como educação política, moral e civilidade dentro da sala de aula a partir de informações disponíveis socialmente em diferentes meios.

Ao trazer à tona o conceito de educação política, demonstrando sua relevância para a sociedade, em especial para a educação, este trabalho defende que colocá-lo em debate e em exercícios cotidianos também seja realizado dentro do ambiente escolar, o que implica a necessidade de uma formação política por parte dos professores. Partindo da atuação desses profissionais, apresenta-se a proposta de uma formação continuada sobre os conceitos de política e suas práticas, a fim de que os professores da educação básica possam incorporar essa temática no processo de ensino-aprendizagem e, assim, promover troca de conhecimentos, pesquisas e atividades voltadas para a política e para a educação cidadã de forma crítica e fundamentada. Além da necessidade da implementação e da promoção da educação política dentro das escolas, a formação continuada para os professores, nessa área, também se orienta para que questões de políticas partidárias não sejam levadas para dentro da sala de aula, bem como interesses políticos de ideologias hegemônicas e de poder que não tenham como base o

---

interesse público e o bem comum de todos, assim como a defesa e a garantia dos direitos a todos.

Enquanto uma proposta de educação política, neste trabalho, adota-se a realidade escolar de jovens entre 14 e 18 anos e a atuação dos professores de modo a gerar conhecimento a respeito das instituições e seus ocupantes e a promover a formação cívico-cidadã dos futuros eleitores. Vale ressaltar que, em muitos municípios brasileiros, a secretaria de educação oferece programas de formação continuada, com foco no aperfeiçoamento e na capacitação dos professores, e que engloba diversas formas de atividades e ações pedagógicas que podem ser aplicadas em sala de aula. Diante disso, surge a proposta de incluir, nessa formação continuada, a temática da educação política como um módulo de ação pedagógica para que esses professores tenham embasamento teórico e prático para desenvolver a temática dentro do ambiente escolar e contem com o suporte da Alfabetização Informacional como conceito e metodologia a ser aplicada junto aos estudantes, após se capacitarem nessa modalidade de AMI.

A proposta de formação continuada para os professores sobre “Educação Política”, explicitada no quadro 1, aborda eixos de conteúdos - conforme os eixos apresentados no programa Educamídia, do Instituto Palavra Aberta (2022) -, que poderão fazer parte do processo de formação do professor a fim de que, posteriormente, ele possa compartilhá-los, em sala de aula, em especial com os jovens de 15 a 17 anos que, em breve, serão eleitores potenciais e não por obrigatoriedade de lei, refletindo, por meio da educação política e do civismo, sua participação política. Cabe destacar que o Educamídia é um programa voltado à capacitação de professores para a fomentar a educação midiática entre os jovens. Sua plataforma<sup>7</sup> disponibiliza cursos, textos e modelos de ações formadoras de modo a possibilitar “três competências centrais: interpretação crítica das informações, produção ativa de conteúdos e participação responsável na sociedade” (EDUCAMÍDIA, 2022). Tais competências se articulam a defesa aqui apresentada da importância da educação política, por meio do acesso e da crítica às informações, para a atuação política dos jovens.

---

<sup>7</sup> Para acesso aos conteúdos do Educamídia, acesse <https://educamidia.org.br/>.

### Quadro 1 - Proposta de formação continuada

| <b>Eixo Educacional – Educação Política<br/>Curso de Formação de Educadores<br/>Alfabetização Informacional</b>   |
|---|
| <b>OBJETIVOS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>● Proporcionar conhecimento sobre política e suas vertentes por meio de livros, pesquisas em mídias e da participação coletiva dos alunos;</li><li>● Contribuir com a formação cívico-cidadã dos alunos através do ensino, do diálogo, da promoção do conhecimento sobre seus direitos e deveres perante a sociedade.</li></ul>  |
| <b>COMPETÊNCIAS E HABILIDADES</b> <ul style="list-style-type: none"><li>● Promoção da diversidade de ideias e opiniões;</li><li>● Formação crítica e cívica;</li><li>● Desenvolvimento do senso crítico;</li><li>● Respeito à opinião do outro;</li><li>● Formação cívica;</li><li>● Formação crítica de opinião.</li></ul>   |
| <b>ATIVIDADES DIDÁTICAS</b> <ul style="list-style-type: none"><li>● Debates;</li><li>● Elaboração de propostas para melhorias no bairro, na cidade e até mesmo no país;</li><li>● Elaboração de projetos de lei;</li><li>● Produção de conteúdos informativos;</li><li>● Visitas a agentes políticos;</li><li>● Experiência por um dia na ocupação de cargos;</li><li>● Simulações de eleições para cargos;</li><li>● Formação de instituições políticas na escola.</li></ul>   |
| <b>PERCURSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM</b> <ul style="list-style-type: none"><li>● Apresentação das instituições políticas;</li><li>● Apresentação do poder Executivo, Legislativo e Judiciário e o que faz cada um deles;</li><li>● Debate sobre as atribuições dos deputados, senadores e vereadores;</li><li>● Debate sobre as atribuições do presidente e do prefeito;</li><li>● Simulação de como são realizadas as eleições;</li><li>● Fórum sobre o papel dos eleitores;</li><li>● Debate sobre como participar da política;</li><li>● Reflexão sobre a importância da democracia.</li></ul> |

Fonte: elaborado pelas autoras

A partir desse percurso formativo, identifica-se que para que haja esse envolvimento e engajamento professor-jovem em sala de aula e, *a posteriori*, na atuação cívica e cidadã na sociedade, estão propostas competências e habilidades, voltadas para temas de relevância social para que sejam apresentados aos professores durante o percurso da formação continuada. Percurso esse que usa como eixo educacional a Alfabetização Informacional (WILSON; et al, 2013) que pode ser aplicada em sala de aula por meio de reflexões a respeito do local em que vivem e da proposição de melhorias para o bairro, para a cidade e até mesmo para a escola na qual atuam e estudam. Além disso, há as proposições para se realizarem atividades didáticas como debates para fomentar o diálogo, a argumentação e o respeito a opiniões diversas e a

---

produção de conteúdos informativos para que os próprios alunos despertem o interesse de propagar os conhecimentos adquiridos em diferentes mídias e plataformas. Vale ressaltar que todo esse processo de ensino-aprendizagem deve ser apresentado aos professores de modo didático e dialógico a fim de que eles possam apreender os conceitos, refletir sobre eles e agir ao abordar política e educação cívica aos estudantes, de modo que seja possível atingir o objetivo central de evidenciar o papel da educação política para jovens a partir da mediação dos professores em meio ao contato com informações das mais diversas ordens e até mesmo com intencionalidades. O objetivo central é ressaltar que a educação política é um dos caminhos para se obter informações confiáveis, a partir de fontes fidedignas, e, assim, propiciar a crítica dos cidadãos que pode se expressar na produção e divulgação de conteúdos e na ação cívica do voto e do acompanhamento das ações políticas dos eleitos.

Para além das atividades conceituais e de debates, sugere-se ainda aos professores a proposição de visitas a órgãos importantes do município que atuam diretamente na execução e na fiscalização de políticas públicas como prefeitura, câmara municipal e secretarias, com objetivo de que os alunos conheçam seus representantes locais e saibam suas atribuições e responsabilidades enquanto agentes políticos, o que oportuniza que busquem informações *in loco*, onde a política se faz presente fisicamente e hierarquicamente. Tendo em vista essa aproximação docente com os estudantes e a vida política, acredita-se que Alfabetização Informacional, em um primeiro estágio, confirme-se na *práxis* ao vivenciarem a rotina de políticos e identificarem a aplicabilidade de ações que visem ao bem público dos cidadãos.

### **Considerações**

Compreende-se que a educação e a política são ferramentas de transformação social e que ambas atingem diretamente a vida de todos em sociedade, sejam eles detentores de seus deveres e direitos enquanto cidadãos ou não. No ambiente da educação e, ao considerar sua importância na vida das pessoas, em especial dos jovens, elucida-se a relevância social de tratar assuntos como política e civismo no sentido de contribuir com o desenvolvimento da democracia, amparado no processo de Alfabetização Informacional dos futuros eleitores. A educação política, portanto, assume um papel fundamental na formação dos cidadãos, na construção da cidadania, da democracia, do desenvolvimento crítico e de opinião, assim como defendem os autores que embasam teoricamente este trabalho. Dessa forma, para que essa transformação social ocorra, é necessário oferecer preparação, embasamento, conhecimento e informação para aqueles que estão na mediação informacional dentro das escolas: os professores.

---

Nessa perspectiva, para alcançar o objetivo aqui idealizado de contribuição com a democracia e com a sociedade na formação de jovens cidadãos críticos, conclui-se que a proposta de um curso de formação continuada para professores da educação básica é necessária, uma vez que os professores são mediadores do conhecimento e atores da educação para os estudantes. A partir da proposta aqui apresentada, defende-se que a educação política deve estar presente no ambiente educacional, não apenas exclusivamente em uma única disciplina voltada para a temática, mas inserida em diversos contextos e atividades a fim de que promovam o interesse, o engajamento e a participação dos jovens no processo democrático para além das simulações e vivências escolares.

A Alfabetização Informacional, enquanto um primeiro estágio para o acesso e a leitura crítica de informações sobre os conceitos de política e suas formas de representação e de atuação na e para a sociedade, deve ser oportunizada aos professores como uma ação formativa, uma vez que, devido à carga ideológica e até ideologizante que a política ancora desde os tempos dos governos autoritários, a temática não é abordada na curricularização dos cursos de graduação. É claro que se reconhece a potencialidade do tema em debates em cadeiras universitárias, no entanto, defende-se que há necessidade de uma imersão informativa e da proposição de um percurso que possibilite a dialogicidade entre os conceitos e as realidades escolar e dos estudantes. Na proposta de um currículo aos professores em AMI, a ONU traz indicativos de como essa formação é eficiente visando aos princípios das competências informacionais e midiáticas pelos diferentes atores sociais e como os educadores são agentes na promoção de tais competências.

Além disso, ao retomar o protagonismo das juventudes, essa visão política que passa a ser adquirida pelos jovens potencializa suas ações perante o local em que vivem, tornando-os críticos e interessados pela atuação dos agentes eleitos na sua comunidade como prefeito e vereadores. Há ainda a potencialidade de despertar o interesse em, futuramente, além de cidadãos eleitores se dedicarem como agentes políticos para contribuir com o desenvolvimento da política embasada no interesse público. Tendo como ponto de partida a transformação social através da educação e da política, surge também a função social atribuída aos profissionais das áreas em abordar um tema de relevância social que traz luz sobre questões que precisam ser discutidas, uma vez que a política se trata de uma realidade que interfere diretamente na vida de cada um de nós.

---

## Referências

AMARAL, Tabata. **Nosso Lugar**: o caminho que me levou à luta por mais mulheres na política. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BALDISSERA, R.; SILVA, M. A. da. Comunicação organizacional e a promoção da cidadania. In: MORIGI, V. J.; GIRARDI, I. M. T.; ALMEIDA, C. D. de. (Orgs.). **Comunicação, informação e cidadania**: refletindo práticas e contextos. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 60-80.

BOTELHO, A.; BUSTAMANTE, G.; PAULA, J. **A implementação do Ensino da Política e Direito nas Escolas de Ensino Fundamental e Médio**. Curso Acadêmico: Belo Horizonte, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 07 jan. 2022.

CORTELLA, Mario Sergio. **Pensar bem nos faz bem!**: 1. filosofia, religião, ciência e educação. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

DANTAS, H; LAMARI, R. **A relação de jovens do ensino médio com a política**: Análises a partir de grupos de estudantes de escolas públicas de São Paulo e Itapevi. Revista do Legislativo Paranaense. Curitiba, 2019.

DANTAS, Humberto; et al. **Ciência Política e Políticas de Educação**: conceito e referências. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021.

EDUCAMÍDIA. QUEM SOMOS. 2022. Disponível em: [educamidia.org.br](http://educamidia.org.br). Acesso em 01 ago. 2022.

INSTITUTO PALAVRA ABERTA. **Educamídia**. 2022. Disponível em: [educamidia.org.br](http://educamidia.org.br). Acesso em 11 abr. 2022.

PRIOLI, Gabriela. **Política é para todos**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

TRAQUINA, N. (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993.

TSE. **Quase 100 mil jovens de 15 a 18 anos solicitaram o título de eleitor na última semana**. Comunicação, 25 de março de 2022. Disponível em <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2022/Marco/quase-100-mil-jovens-de-15-a-18-anos-solicitaram-o-titulo-de-eleitor-na-ultima-semana>. Acesso em 11 abr. 2022.

WILSON, Carolyn; et al. **Alfabetização Midiática e Informacional**: currículo para formação de professores. Tradução de Dermeval de Sena Aires Júnior. Brasília: Unesco, UFTM, 2013.